

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: considerações a partir da perspectiva histórico-cultural

GIANINE SANDRI¹

Resumo

Neste trabalho são apresentadas algumas reflexões sobre a constituição do sujeito na perspectiva das relações de gênero. Com base na teoria histórico-cultural, procuro analisar as construções de idéias sobre o masculino e o feminino, isto é, as pautas de gênero, enquanto constituintes do social e dos sujeitos. Nesta perspectiva, a constituição da subjetividade humana é agenciada através dos processos de significação, quando homens e mulheres atribuem *significados* socialmente partilhados às relações sociais de gênero, os quais são apropriados pelas pessoas a partir da sua atividade, e outorgam *sentidos pessoais*, que unificam a atividade do sujeito sobre o objeto.

Abstract

This paper presents some reflections about the constitution of subject in the perspective of gender relationships. According to the socio-historic theory, I try to analyse the structures of ideas about the male and the female, that is to say, the gender questions, as constituents of the social and the subjects. In this point of view, the constitution of human subjectivity happens through the signification processes, when men and women assign shared meanings to the gender social relationships, which are appropriated by people through their activity, and give *personal meanings*, which unify the subject activity upon the object.

¹ A autora é psicóloga e Mestre em Psicologia pela UFSC. E-mail: gianine@zipmail.com.br

Referências

- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. (Org.). *Psicologia Sócio-histórica, uma perspectiva crítica da Psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001. 224 p.
- DAVIDOV, V. V.; ZINCHENKO, V. P. A Contribuição de Vygotski para o Desenvolvimento da Psicologia. In: DANIELS, H. (Org.). *Vygotski em foco: pressupostos e desdobramentos*. Campinas: Papirus, 1994. p. 151-167.
- FIGUEIREDO, L. C. *Matrizes do Pensamento Psicológico*. Petrópolis: Vozes, 1991. 208 p.
- _____. *A invenção do psicológico quatro séculos de subjetivação 1500-1900*. São Paulo: Educ: Escuta, 1992. 178 p.
- JAPIASSU, H. *Introdução à Epistemologia da Psicologia*. Rio de Janeiro: Imago Editoras Ltda, 1977. cap. 1, p. 15-35.
- LANE, S. T. *A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia*. In: LANE, S.; CODO, W. *Psicologia Social O homem em movimento*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 10-19.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do Psiquismo*. Portugal: Livros Horizonte, 1978. 350 p.
- LURIA, A. R. *Curso de Psicologia Geral*. In: _____. *A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. vol. 1, cap. 3, p. 71-84.
- MOLON, S. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotski*. São Paulo: Educ, 1999. 173 p.
- MORIN, E. *A noção de sujeito*. In: SHNITMAN, D. *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 45-55.
- RIVIÈRE, A. *La Psicologia de Vygotski*. In: _____. *La actividad instrumental y la interacción como unidades de análisis de la Psicologia de las funciones superiores*. Madrid: Visor Libros - Infancia y Aprendizaje, 1985. cap. 5, p. 41-48.
- SHUARE, M. *La Psicologia soviética de Vygotski*. In: _____. *Las fuentes filosóficas de la Psicologia soviética*. Madrid: Visor Libros - Infancia y Aprendizaje, 1990a. cap. 1, p. 11-23.
- _____. *La Psicologia soviética de Vygotski*. In: _____. *La concepción Histórica-Cultural de L. S. Vygotski*. Madrid: Visor Libros - Infancia y Aprendizaje, 1990b. cap. 3, p. 57-85.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995. 431 p.
- VAN DER VEER, R. *El dualismo em Psicologia: um análisis vygotkiano*. In: SIGUÁN, M. *Actualidad de Lev. S. Vygotski*. España: Editorial Anthropos, 1987. p. 87-101.
- VYGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas I*. Madrid: Visor Distribuciones, 1991.
- ZANELLA, A. V. *Depoimentos "A Ideologia Alemã" resgatando os pressupostos epistemológicos da abordagem histórico-cultural*. *Revista Psico*. Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 187-194, jan./jun. 1995.

Palavras-chave:

Psicologia Histórico-Cultural, gênero, constituição do sujeito.

Introdução

Conforme Scott (1995), diversas são as abordagens empregadas na análise das relações de gênero. Dentre as mais relevantes, pode-se destacar três: a primeira, que busca compreender o gênero explicando os origens do patriarcado, dirige a sua atenção, essencialmente, à subordinação das mulheres no intuito de explicar esta situação através da "necessidade" masculina de dominar as mulheres, muitas vezes via controle da sexualidade. Uma das críticas feitas a esse tema diz respeito justamente à análise baseada na diferença da força física entre os sexos, o que acaba universalizando essa diferença física e ocultando as várias nuances nas formas de desigualdades de gênero.

Outra corrente de teorias, situada no interior de uma tradição marxista, resgata a história e enfatiza que a dominação masculina se dá tanto na esfera dos bens e serviços quanto na reprodução geracional (Saffioti, 1992). Porém, recebeu críticas por haver tratado, por algum tempo, as relações de gênero como subproduto das estruturas econômicas.

A terceira posição teórica inspira-se em diferentes escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero. Dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-saxônicas – e principalmente esta última – recebeu críticas por limitar e circunscrever o conceito e a reprodução da identidade de gênero à família (Scott, 1995).

Este texto parte de uma aproximação com as teorias de base marxista no que tange o entendimento dos lugares que as pessoas ocupam na sociedade, das determinações existentes na edificação do social e, fundamentalmente, por partilhar da perspectiva de que os sujeitos se constituem social e historicamente. No seu desenvolvimento, são tecidas considerações acerca da constituição do sujeito através das relações sociais de gênero, estabelecendo interlocuções com a teoria histórico-cultural. A categoria gênero assume, nesta perspectiva, um cunho analítico-descritivo que possibilita compreender as expectativas do que é "ser homem" e "ser mulher" na sociedade enquanto dinamizadoras da estruturação social, uma vez que perpassam as leis, instituições, e também como possibilitadoras de singularidades e particularidades, de acordo com as apropriações e transformações que as pessoas vão agenciando nas relações que estabelecem.

Gênero: uma categoria de análise

O conceito e os estudos de gênero foram introduzidos no Brasil, nos estudos acadêmicos, por volta da década de oitenta, originários dos movimentos sociais feministas. Surgiram com a função de denunciar as condições de opressão a que as mulheres estavam submetidas e buscavam apontar as condições de desigualdades históricas entre homens e mulheres, que até então repousavam em explicações "naturalistas" das relações entre os sexos.

"O termo 'gênero' parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas que queriam enfatizar o caráter relacional fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual'" (Scott, 1995, p. 72).

A categoria gênero surge como uma estratégia política de transformação de paradigmas já estabelecidos, cumprindo o importante papel de questionar a compreensão de ser humano vigente. De acordo com Scott (idem, p. 75), gênero pode ser entendido como uma maneira de "indicar construções sociais de idéias de papéis adequados socialmente a homens e mulheres".

Embora se tenha claro que as relações de gênero se constituam a partir das diferenças anátomo-fisiológicas, estas engendram significações da ordem do simbólico e exigem, para a sua análise, o entendimento de um processo de caráter relacional, demarcado social e historicamente. A noção de gênero, portanto, remete à compreensão de que, no interior de todas as sociedades humanas, existe a permanente construção em torno de prescrições desejadas e consideradas adequadas a ambos os sexos.

Atualizando o conceito, Saffioti (1992, p. 189) escreve que

"não mais compreendido como um produto de relações culturais e psíquicas transcorridas há tempo, o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de a pessoa situar-se em e através destas normas, um estilo de viver o corpo no mundo".

Pensando o gênero como um fenômeno contextual e mutável, é imprescindível ponderar a concepção relacional do mesmo ao problematizar a oposição binária entre os pólos homem/mulher e masculino/feminino, a fim de demonstrar que cada pólo existe na relação que estabelece com o outro, no processo infinito de reconhecer-se no outro e diferenciar-se dele. Conforme Scott (1994, apud Fonseca, 1999, p. 10), "oposições fixas escondem as diferenças e as singularidades de cada categoria e a extensão da interdependência de termos apresentados como em oposição – isto é, que derivam o seu significado de contrastes intermitentes estabelecidos e não de alguma antítese para ou inerente". Saffioti (idem, p. 210) também ressalta muito bem os perigos desta polarização quando cristalizada: "efetivamente, quaisquer que sejam as qualidades atribuídas como essenciais a um dos gêneros são

imediatamente negadas no outro". Este modo de pensar binário impõe a exclusão das multiplicidades nos processos de subjetivação de homens e mulheres e acaba por hierarquizar esses pólos.

Como bem assinala Siqueira (1997, p. 277),

"gênero é uma categoria relacional e, como tal, implica sempre, no mínimo, a bipolaridade constituinte. Em se considerando os múltiplos agenciamentos de subjetivação que corroboram na constituição do sujeito, entre eles os inúmeros enunciados de gênero e práticas de gênero que o atravessam cotidianamente, falar acerca de gênero implica em considerar todas estas pluralidades, ainda que elas não estejam presentes como foco das análises".

Ao passo que se avança na direção de apontar e identificar um conjunto de circunstâncias e situações mais ou menos gerais à condição da mulher ao longo da história, pode-se elucidar os contextos e situações específicas enfrentadas pelas mesmas por pertencem ao gênero feminino (Hita, 1998), na coletividade e na experiência particular.

Para dar seqüência à discussão, serão introduzidos elementos da teoria histórico-cultural a fim de promover uma articulação com a temática.

O ser humano: social e histórico

Para iniciar qualquer análise da obra de Vigotski, cabe resgatar a teoria do materialismo histórico e dialético que norteia o autor. Conforme pontua Duarte (1992, p. 62), o ser humano, nesta concepção, diferencia-se do restante dos animais na medida em que, através da sua atividade vital, começou a produzir os meios de sua existência e passou, portanto, "a apropriar-se da natureza, objetivando-se nos produtos de sua atividade transformadora". O ser humano, dessa maneira, constituiu-se através do processo de *apropriação* das formas de relações sociais que se organizam em determinado contexto cultural e *objetivação* na transformação e instituição dessas relações. Essa é a dinâmica da atividade humana que expressa a própria essência da humanização. O sujeito apropria-se, ao mesmo tempo, de uma relação "singular" e "única" e das objetivações que são produtos materiais e culturais da atividade humana, resultado do processo histórico. O ser humano, portanto, constitui-se enquanto *aciona* o motor da história humana. O autor em pauta acena também com a idéia de que "é na relação entre sua vida [do sujeito] e a história social humana (cujos produtos materiais e subjetivos constituem o mundo no qual transcorrerá essa vida) que cada ser humano constitui sua singularidade" (idem, p. 53).

Vigotski (1991), em suas produções teóricas, permite novas proposições e concepções acerca das relações entre os planos social e individual da ação, uma vez que, ao afirmar que o sujeito se constitui nas suas ações e a sua consciência nas relações sociais, aponta caminhos para a superação da dicotomia interno e

externo e, neste caso, da cisão dos planos intersubjetivo e intrasubjetivo. Os fenômenos psicológicos, sob esta perspectiva, só podem ser compreendidos a partir das suas dimensões social e individual, pois

"todas as funções psíquicas superiores são relações interiorizadas de ordem social, são o fundamento da estrutura social da personalidade. Sua composição, estrutura genética e modo de ação, em uma palavra, toda a sua natureza é social" (Vygotski, 1991, p. 151).

A constituição do sujeito, portanto, não resulta de nenhuma essência inata que é despertada em determinadas etapas da vida. Resulta, sim, de uma "apropriação das formas de ação, que é dependente tanto de estratégias e conhecimentos dominados pelo sujeito quanto de ocorrências no contexto interativo" (Góes, 1991, p. 18).

Se afirmamos que os planos intrasubjetivo e intersubjetivo não podem ser compreendidos de maneira cindida, pode-se considerar que

"tanto as interações sujeito/objeto - relações epistemológicas - quanto as interações sujeito/sujeito - relações eminentemente comunicativas - não são nem diretas nem imediatas, mas mediadas por instrumentos semióticos" (Pino, 1992, p. 322).

Estes instrumentos, chamados signos, têm origem no terreno interindividual e para esse processo de criação "é fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se" (Bakhtin, 1995, p. 32-35).

A função do signo consiste, antes de mais nada, em possibilitar ao ser humano conhecer o mundo e comunicar suas experiências na construção do universo sócio-cultural. O signo não muda nada no próprio objeto, mas sim reorganiza ou proporciona uma nova forma de o sujeito configurar seu mundo, suas atividades, suas relações. Ainda de acordo com o autor acima, "um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico" (idem).

Ao abordar a questão da significação, Pino (1992, p. 322) afirma que...

"constituente do signo e, portanto, da ordem simbólica - ambas produções sociais - a significação não pertence nem à ordem das coisas nem à das suas representações, mas à ordem da intersubjetividade anônima, em que, ao mesmo tempo que é por ela constituída é constituinte de toda a sua subjetividade. O que é internalizado, portanto, é a significação da realidade (física, social ou cultural), não a realidade em si mesma".

Zanella (1999, p. 5) corrobora esta idéia afirmando que "como as coisas não significam por si só e nem tão pouco significam a mesma coisa para indivíduos diferentes, depende-se que a significação é fenômeno das interações, sendo, pois, social e historicamente produzida".

A constituição do sujeito nas relações de gênero

A significação, enquanto função do signo, movimenta o processo de constituição do psiquismo nas relações sociais. Na elaboração de qualquer análise, portanto, urge levar em consideração a forma pela qual o sujeito utiliza os signos, isto é, como o mesmo se apropria da significação resultante de um complexo sistema de enlaces e relações presentes no processo de mediação.

Remetendo à temática das relações de gênero, pode-se afirmar que, historicamente, são configuradas às mulheres condições de inscrição concreta desiguais no mundo, que dinamizam significações da realidade cultural impregnadas de tabus, sanções e prescrições (Fonseca, 1996). Se atentarmos para o fato de que é o outro – entendido mais como símbolo do que como objeto concreto – quem transforma o nosso gesto, desejo, discurso, ao internalizar o movimento que este processo adquire pela mediação do outro (signo), apropriamo-nos, naquele momento, da significação que este outro dá (Vygotski, 1984, apud Pino, 1992). A organização social das diferenças sexuais e a construção de significados atribuídos às mesmas se concretizam nas relações sociais cotidianas e, a todo momento, depreendem-se diversos significados em torno dos papéis sexuais. Uma vez que em nossa sociedade existem formas adequadas e desejáveis de “ser mulher” (tanto no trabalho, na família, nas maneiras de amar e na sexualidade), as mulheres, ao longo da história, foram apropriando-se destes sistemas de significação construídos social e culturalmente.

Não se pode esquecer, porém, que o próprio Vygotski acreditava em um sujeito que se particulariza no social. Se o significado que é social, objetivo e partilhado é apropriado pelas pessoas a partir da sua atividade, implica ressaltar a existência da subjetividade, constituída no social, própria de cada sujeito e que se expressa na atribuição de sentidos pessoais. “Os sentidos representariam a síntese entre a objetividade e a subjetividade, já que unificam a atividade do sujeito sobre o objeto, o significado social produzido intersubjetivamente e que representa a atividade sobre o objeto e a subjetividade na sua dimensão emocional (subjetiva) e ativa (objetiva)” (Gonçalves, 1999, p. 9).

Na nossa sociedade, homens e mulheres situam-se em uma realidade ordenada, inclusive, através de normas e prescrições de gênero, que são significadas no interior de um contexto cultural e histórico e atualizadas nas relações sociais estabelecidas. Em consonância com o que afirma Saffioti (1992, p. 189), escolher um gênero consiste em significar as normas de gênero recebidas de forma a reproduzi-las e organizá-las novamente, atribuindo novos sentidos a esta relação. “O gênero é mais um táctico projeto de renovar a história cultural de acordo com os termos culturais próprios de cada pessoa do que um ato radical de criação. Estarão é uma tarefa prescritiva que devemos nos esforçar para fazer, mas uma tarefa na qual nós temos nos empenhado o tempo todo” (idem). No processo humano de subjetivação, as pautas de gênero atravessam todas as relações sociais e são incessantemente ressignificadas de modo a constituírem modos socialmente esperados de ser-homem e ser-mulher.

Considerações Finais

Em suma, no processo infinito de constituição humana, o sujeito, ao se apropriar da significação do objeto, nele se objetiva, atribuindo-lhe um sentido singular que oportuniza diferentes matrizes de relações com o mundo. Neste processo, o sujeito que transforma o objeto e desenvolve suas capacidades, assimila as características objetivas do objeto que passam, então, a integrar a sua subjetividade, as suas forças e possibilidades singulares de criar e empregar, no seu agir, mecanismos de transformação da realidade.

Sendo assim, na dinâmica das relações de gênero, as normas de gênero são construídas culturalmente e imprimem significações às diferenças sexuais que rejeitam qualquer modelo de explicação inatista e determinista. Através dos sentidos singulares atribuídos ao que é “ser mulher” e “ser homem”, estas significações de gênero são atualizadas, dimensionando, dessa maneira, expectativas e prescrições inerentes aos papéis sexuais que são apropriados pelos sujeitos no seu processo de constituição e, ao mesmo tempo, estabelecendo um determinado padrão de relações sociais. Analisar a perspectiva de gênero sob a luz da teoria histórico-cultural autoriza a compreensão de que, mais além de concebermos um sujeito que se objetiva na sua criação e na incessante organização das normas culturais passadas e futuras, existe a possibilidade de transformar os significados e sentidos atribuídos a essas relações de gênero na medida em que não derem mais conta de explicar a experiência humana no mundo.

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- DUARTE, N. A. *Formação do Indivíduo e a Objetivação do Gênero Humano*. 1992. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, São Paulo.
- FONSECA, T. M. G. De mulher à enfermeira: conjugando trabalho e gênero. In: LOPES, M. J. (Org.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- _____. A subjetividade na perspectiva heterogênea e devir. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA, 1999, Venezuela.
- GOÊS, M. C. A. *Natureza Social do Desenvolvimento Psicológico*. Cadernos Cedex, [S. l.], v. 24, 1991.
- GONÇALVES, M. G. M. A Categoria Subjetividade enquanto elemento de Compreensão do Sujeito como Histórico. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 10, 1999, São Paulo: USP.
- HITA, M. G. *Identidade Feminina e Nervoso: crises e trajetórias*. In: ALVES, P. C.; RABELO, M. C. (Org.). *Antropologia e saúde: traçando identidade e explorando fronteiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fiocruz, 1998.
- PINO, A. As categorias de público e privado na análise do processo de internalização. *Educação & Sociedade*, [S. l.], n. 42, ago. 1992.
- SAFFIOTI, H. *Rearticulando Gênero e Classe Social*. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, [S. l.], ano 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1995.

O PSIQUISMO HISTÓRICO E CULTURALMENTE CONSTITUÍDO E AS COMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS

IRENE FABRÍCIA EHRlich¹

Resumo

Diante do quadro deficitário da Psicologia em compreender os quadros “psicopatológicos”, recorremos à obra de Vygotski (1989, 1991) onde, embora atualmente contribua consideravelmente nas questões referentes à aprendizagem e desenvolvimento infantil, sua utilização é escassa para a compreensão das complicações psicológicas. O objetivo deste artigo é trazer à tona alguns pontos de suas pesquisas que revolucionam a compreensão do psiquismo e sua definição enquanto fenômenos dialeticamente constituídos nas relações históricas e culturais. Para tanto, assinalamos alguns elementos que esboçam a noção de psiquismo humano cultural e historicamente constituído, pois é exatamente nesse processo que ocorre a possibilidade de uma complicação psicológica. Poderemos verificar, deste modo, que os fenômenos psíquicos não ocorrem no “interior” da mente, mas na relação mediada com o mundo, e neste sentido, a concepção de psiquismo humano histórico e culturalmente constituído evidencia a inadequação do conceito de doença mental e sua prática decorrente. Concluímos este artigo marcando a necessidade da Psicologia aprofundar suas pesquisas neste âmbito das complicações psicológicas como fenômenos historicamente e culturalmente constituídos, já que assim supera-se o mentalismo e, por conseguinte, as conseqüências tão nefastas que essa compreensão traz para a vida concreta das pessoas.

¹ A autora é psicóloga, psicoterapeuta e moradora em Psicologia pela UFSC. E-mail: feir@uol.com.br

SIQUEIRA, M. J. T. A(s) Psicologia(s) e a categoria gênero; anotações para discussão. In: ZANELLA, A. V. et. al. *Psicologia e Práticas Sociais*. Porto Alegre: Abrapsosul, 1997.

VYGOTSKI, L. S. *Obras Escogidas III: problemas del desarrollo de la psique*. Madrid: Visor Distribuciones, 1991.

ZANELLA, A. V. A Constituição do Sujeito em Vygotski e a Complexidade. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, 27., 1999, Venezuela.